

# O campo religioso e a formação de trabalhadores<sup>1</sup>

*Julieta Beatriz Ramos Desaulniers \**

## **Resumo**

O estudo pretende expor como alguns representantes da Igreja Católica de Porto Alegre/RS, contribuíram para a estruturação do campo religioso, ainda embrionário no século XIX, lançando mão de estratégias de cunho pedagógico voltadas à formação de segmentos populares, especialmente depois de 1860.

Desse modo, o campo religioso instaura um novo habitus junto ao campo do poder e à sociedade civil, que passaram a sustentar as novas práticas que envolviam o pobre, a pobreza, a marginalidade. Isso foi sendo materializado através de uma ação simbólica exercida pelos seus representantes, o Pe. Cacique e os seus seguidores, possibilitando a esse campo o desempenho de uma das suas principais funções sociais - justificar o status quo -, ao mesmo tempo que ampliava significativamente o seu poder e influência junto aos vários setores do espaço social de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul.

**Palavras Chaves:** História da educação; Igreja Católica; Padre Cacique.

## **Abstract**

The study seeks at analyzing how some Catholic Church representatives of Porto Alegre/RS contributed to the religious field building, yet embryo in the XIX century, using pedagogical strategies applied to the formation of popular segments, especially after 1860. This way, the religious field establishes a new habitus in the power field and the civil society, which began to support the new practices which involved the poor, poverty, and marginality. This was materialized through a symbolic action performed by its representatives, the Priest Cacique and his followers, enabling this field to perform one of its main social functions - justifying the status quo -, and, at the same time, it significantly enlarged its power and influence over many branches of the social space of P. Alegre and Rio Grande do Sul

**Key - words:** History of education; Catholic Church; Priest Cacique.

<sup>1</sup> este trabalho foi apresentado no 17 ISCHE (International Standing Conference for the History of Education), realizado em Berlim/Alemanha, de 13/09 a 17/09/95, o qual contou com o apoio da CAPES. Para a sua elaboração, utilizou-se de dados coletados em 1994 por Teresinha Venturin, bolsista de Iniciação Científica (financiado pela FAPERGS) junto ao subprojeto de pesquisa "A Formação em Escolas de Ofício Católicas de Porto Alegre/RS - 1860/1990", coordenado pela autora.

\* Professora e pesquisadora junto ao IFCH e Mestrado em S.Social/PUCRS  
Fax: 55.51.3391564 / E.Mail: JULIETARD@music.pucrs.br

## 1. Introdução

O estudo pretende expor **como** alguns representantes da Igreja católica de Porto Alegre/RS, contribuíram para a estruturação do campo religioso, ainda embrionário no séc.XIX, lançando mão de estratégias de cunho pedagógico voltadas à formação de segmentos populares, especialmente depois de 1860. Tal empreendimento, com suas rupturas e descontinuidades, esteve associado de maneira interativa e/ou conflitiva com a dinâmica estrutural dos campos social, econômico e político, no decorrer de sua trajetória.

Ao reconstruir historicamente esse processo, verifica-se que há mais cumplicidade do que conflito nas relações travadas entre os representantes desses campos, no que se refere aos seus interesses em atacar os problemas sociais advindos da industrialização e urbanização crescentes. Assim, o campo religioso amplia as suas fronteiras, passando a ocupar uma posição mais favorável na luta pelo poder com os demais campos que compõem o espaço social na época.

A investigação procura destacar as repercussões dos atos e estratégias desencadeados por alguns dos seus agentes, nessa fase em que os limites do campo religioso estavam pouco definidos. Nesse sentido, instaura-se novas concepções e práticas relativas à formação e à assistência social, que dependem mais do conjunto de disposições gerais de padres ou irmãos que sustentam as suas posições e tomadas de posições, do que pelo “espaço de possibilidades”, ainda muito fluido nesses tempos. Aliás, ampliar a herança até então acumulada pelo trabalho coletivo a qual passa a oferecer mais espaços a cada um de seus ocupantes, foi uma das principais contribuições desses agentes à estruturação do campo religioso no RS, a partir do final do séc. XIX.

A análise do *habitus* dos ocupantes das principais posições que constituem o campo religioso nesse período, é uma operação indissociável das dimensões apontadas anteriormente, visto que os sistemas de disposições enquanto produto de uma trajetória social e de uma posição no interior de um campo, encontram na posição uma oportunidade mais ou menos favorável de se atualizarem. Sendo assim, pretende-se demonstrar esse fenômeno ao reconstituir as inúmeras obras fundadas e dirigidas pelo Pe. Caciue de Barros, em Porto Alegre/RS, por um período de quase cinquenta anos, constituindo-se um caso exemplar dentre os seus pares, enquanto um

importante colaborador na estruturação do campo religioso, através de suas ações de cunho pedagógico voltadas à formação de segmentos populares.

## 2. O campo religioso amplia as suas fronteiras após 1860

Em 1862, chega a Porto Alegre um jovem, o Pe. Joaquim Cacique de Barros, que trazia na bagagem muitos saberes já acumulados em seus trinta e dois anos de existência. Era natural de Salvador/Bahia, onde realizou a sua formação até 1853, ano em que foi ordenado sacerdote e que se transferiu para o Rio de Janeiro. Nesta cidade, continua as suas atividades ligadas ao magistério - que foram iniciadas no Ginásio Baiano onde ministrou várias disciplinas -, atuando no Mosteiro de São Bento e no Colégio Pedro II e, ao mesmo tempo, conclui o seu segundo curso superior - o de Ciências Matemáticas na Escola Central. O primeiro foi o de Teologia, que ele cursou no Seminário Episcopal da diocese da Bahia, apresentando um excelente desempenho, conforme seus biógrafos<sup>2</sup>.

O Pe. Joaquim sempre foi mais conhecido como Pe. Cacique, um apelido que recebeu de seu pai, quando ainda era criança, que lhe comparava com chefe de tribo pelo seu temperamento “altivo, de grande força de vontade e de ação”<sup>2</sup>. A incorporação desse apelido ao seu nome parece não ter sido algo gratuito ou casual, pois representa com muita fidelidade um dos elementos essenciais do seu *habitus*<sup>4</sup>. E, a sua atuação enquanto um representante do campo religioso, a partir das posições e tomadas de posições que assumiu junto aos seus pares, assim como na relação que estabeleceu com os agentes dos demais campos do espaço social de Porto Alegre/RS durante tantos anos, oferece inúmeras provas da adequação entre o nome e a pessoa desse padre.

Isso implica dizer que foi essa postura de cacique (e mesmo de guerreiro), um traço característico das ações desencadeadas pelo Pe. Cacique, que possibilitou a ampliação das fronteiras do campo religioso do RS, que por estar pouco institucionalizado, as disposições de seus agentes tendem a assumirem uma particular importância à sua constituição. Também,

<sup>2</sup> Dentre eles, Damasceno Vieira, que teve seu texto transcrito In: Jornal O PEREGRINO . Porto Alegre . Sociedade Humanitária Pe. Cacique, 1915.

<sup>3</sup> SCHENEIDER, Regina Portella. A instrução pública no Rio Grande do Sul - 1770/1889. Porto Alegre. Edições Universidade/UFRGS & EST Edições, 1993, p. 239.

<sup>4</sup> Vários são os elementos que compõem a noção de *habitus*, que é produzido pelos condicionantes associados a um conjunto particular de possibilidades de existência. É definido como “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas, predispostas a funcionar como estruturas estruturantes”. In: BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris. Les Éditions de Minuit, 1980, p 88.

a trajetória desse padre vem confirmar que apesar do efeito do **campo**<sup>5</sup> ser bastante forte sobre os seus agentes, ele não se exerce de forma mecânica<sup>6</sup>, já que instaura uma relação de conhecimento ou construção cognitiva. Por isso, na dinâmica entre **habitus** e **campo**, “a história entra em relação com ela mesma : é uma verdadeira cumplicidade ontológica que une o agente e o mundo social”<sup>7</sup>.

A realidade da Igreja católica da então Província de São Pedro, situada no extremo sul do Brasil, era ainda bastante difícil quando esse padre baiano chegou em Porto Alegre, a capital. Inicialmente, instalou-se no palácio episcopal do segundo bispo diocesano, seu conterrâneo, D. Sebastião Dias Laranjeira e, assim, o Pe. Cacique foi entrando em contato mais direto com as dificuldades dessa instituição, que já eram históricas.

Desde 1768, com a expulsão dos jesuítas, a Igreja encontrava-se praticamente abandonada dispondo de um número muito reduzido de padres, que não ostentavam um comportamento muito condizente com o exigido aos seus membros, tornando mais agravante ainda a situação da entidade nessa Província.

As queixas nesse sentido eram recorrentes nas cartas e circulares<sup>8</sup> enviadas, tanto por visitantes quanto por representantes dos poderes públicos, ao governo imperial. Em 1841, por exemplo, o presidente da Província Francisco Álvares Machado, dirige uma circular aos seus governados e uma carta ao Imperador, da qual se destacou alguns trechos mencionados a seguir :

“...Infelizmente, porém, nesta Província a educação religiosa acha-se em completo abandono e os efeitos que daí se seguiram muito têm concorrido para o incremento da rebelião...”

“...o clero aqui existente, salvo as honrosas exceções, pouco preparado está para explicar a moral para que o povo se leve não tanto pelas suas palavras, como pelo seu exemplo. Acho, pois, indispensável a

<sup>5</sup> Conforme Bourdieu, o campo “constitui-se de forças, variando de acordo com as posições que os agentes ocupam e as lutas de concorrência que tendem a conservar ou transformar o campo de forças...” “É a luta entre os agentes que faz a história do campo”, sendo este o próprio “lugar de lutas”. BOURDIEU, P. *Le champ littéraire*. In: *Revue Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris. Éditions de Minuit, n. 89, sept/1991, p. 5 e 24.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>7</sup> BOURDIEU, P. *Réponses - pour une anthropologie réflexive*. Paris. Éditions du Seuil. 1992, p. 103.

<sup>8</sup> Mais detalhes In: Vários autores. *A formação do Rio Grande do Sul (1737-1937)*. S/E. 1937, p. 208.

criação de uma Diocese nessa Província, porque com esta nascerá uma nova escola de doutrina sã e edificante...”<sup>9</sup>.

Esse pedido concretiza-se em 1853, quando a Lei Imperial n.457, de 1847 determina a criação da nova diocese com sede em Porto Alegre, sendo o capelão Feliciano José Rodrigues Prates, sagrado o primeiro bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>. No entanto, essa diocese fica na dependência da Arquediocese da Bahia até 1892<sup>11</sup>.

É nesse contexto que o Pe. Cacique empreende inúmeras ações de cunho pedagógico, que envolveram direta ou indiretamente várias segmentos sociais da capital e da Província durante as quase cinco décadas que aqui viveu, de 1862 até 1907, quando veio a falecer.

### 3. Formar o cidadão constitui-se objeto de disputa

Face à carência de recursos humanos habilitados para o desempenho de funções administrativas e/ou pedagógicas, em qualquer das instituições ligadas ao campo religioso que se situavam na capital ou no interior da Província, a bagagem de conhecimentos já acumulada pelo Pe. Cacique e a forma com que os investia nos empreendimentos que realizava, encontraram aqui muitos espaços que foram sendo construídos a partir das relações de disputa por ele travadas com os representantes do seu próprio campo, bem como agentes dos outros campos que faziam parte dessa realidade social com a qual passa a interagir.

As suas primeiras atribuições foram designadas pelo bispo, D. Sebastião, que o nomea professor de teologia junto ao Seminário São Feliciano, auxiliar do Pe. José Inácio, o pároco da igreja Nossa Senhora do Rosário onde o Pe. Cacique também ficou responsável pelas aulas de catequese.

Em pouco tempo, a atuação desse padre assume destaque suficiente para que, mese depois, em julho de 1863, ele fosse convidado em pela Câmara municipal para integrar a comissão que realizava uma fiscalização anual junto às prisões e aos hospitais locais<sup>12</sup>. E, assim, o conjunto de atividades que vinha realizando, colocava-o em contato bastante direto com os novos fatos produzidos pelo capitalismo, que estavam gerando um

<sup>9</sup> Idem, p. 209.

<sup>10</sup> Idem, p. 209.

<sup>11</sup> FORTES, Amyr Borges & WAGNER, João B.S. História Administrativa, jurídica e eclesiástica do Rs. Porto Alegre. Editora Globo, 1963, p. 137.

<sup>12</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre - Guia Histórico. Porto Alegre. Editora Universidade. 1988.

aumento da população urbana devido à industrialização que começava a se desenvolver nessa região do país e, com isso, o surgimento de certos problemas sociais. Dentre eles, destacavam-se as condições de infraestrutura de Porto Alegre que não asseguravam uma vida digna para a maioria dos seus novos habitantes, o que aliás já começava a ser testemunhado pelos moradores de Porto Alegre.

Por interesses diversos, algumas iniciativas começavam a ser desencadeadas pelos poderes públicos ou por representantes do setor privado, visando atender essa nova situação social que o contexto urbano de Porto Alegre precisava enfrentar. As ações do Pe. Cacique associam-se a essas preocupações, sendo a infância desvalida, um dos primeiros focos a despertar o seu interesse.

Inicialmente, procurava encaminhar todas as crianças desamparadas, em especial as meninas, para o único Asilo da cidade<sup>13</sup>, anexo ao hospital Santa Casa de Misericórdia, que era administrado pelas irmãs do Sagrado Coração de Maria, cuja irmã responsável era de nacionalidade austríaca e fora convidada para esse encargo pelo Presidente da Província.

O Pe. Cacique, ao verificar que aumentava o número de meninas que encaminhara ao Asilo e que estavam aos seus cuidados, começa a preocupar-se com o tipo de formação que elas estavam recebendo nesse Asilo. Propõe à irmã responsável que instaure certas mudanças nesse sentido, mas ao perceber que as suas solicitações não estavam sendo atendidas, resolveu retirar as meninas desse estabelecimento.

Isso gerou uma disputa no interior do próprio campo religioso, chegando a envolver a própria comunidade. A superiora recusa-se a entregar as asiladas sem a licença do bispo diocesano e então o Pe. Cacique recorreu ao chefe de polícia. Com ofício assinado por essa autoridade civil, as meninas foram por ele retiradas e, imediatamente, entregues a duas senhoras de sua confiança que, com o apoio desse padre, fundaram o Colégio Santa Catarina que funcionou até 1865.

O Diário do Rio Grande, correspondente de Porto Alegre, dá a seguinte notícia :

“...Parece que reina grande alvoroço no Poço episcopal. O Pe. Cacique, que era um dos familiares de S.Excia. Revma., foi

<sup>13</sup> Esse estabelecimento foi criado pela Lei 367/1857, em que estipulava que a Presidência da Província ficava autorizada a dar um regulamento e subsídios para a sua manutenção.

despedido porque não se tendo dado bem com o jesuitismo das madres do Asilo em que pusera alguma órfãs pobres”

“tirou-as por não concordar com as ascéticas exiências de tais madres, que com os deveres monacais iam arrancando às pobres meninas todo o sentimento de família e de sociedade”... “Este fato prova duas coisas : a primeira em abono do Pe. Cacique, que muitos julgavam jesuíta de coração, e a segunda, que as acusações feitas àquelas madres tem o cunho de verdade, pois conta que foi preciso a intervenção policial para entregarem as órfãs”<sup>14</sup>.

Esse fato que provocou uma ruptura nas relações do Pe. Cacique com D. Sebastião e as irmãs do Sagrado Coração de Jesus, desafiou-lhe a encontrar alternativas mais eficazes para o problema das meninas desamparadas. Soube que a chácara Santa Teresa, distante cinco quilômetros da cidade, que incluía terras e algumas construções, estava praticamente abandonada. Procura desvender esse fato e verifica que essa propriedade dependia do governo imperial, pois era uma doação feita por D. Pedro II no tempo de sua visita a essa Província, em 1845, quando destinou essa área para as instalações do Colégio de Santa Teresa, para abrigar as meninas órfãs, com a finalidade de “formar perfeitas mães de família”<sup>15</sup>.

Várias comissões foram nomeadas pelo Presidente da Província para que a iniciativa do Imperador fosse efetivamente concretizada. No entanto, passaram-se os anos e inúmeros motivos foram sendo alegados como impecilhos à conclusão das obras, desde o falecimento dos membros nomeados e de colaboradores, até a falta de verbas. Então, por não se encontrar uma saída para esses empasses, em fins de 1859, a construção do Colégio de Santa Teresa parou.

Essa era uma excelente oportunidade para o Pe. Cacique dar prosseguimento aos seus planos de formar as órfãs como futuras mães de família e, assim, torná-las “úteis a si e à sociedade”. E, de fato, ele não perdeu tempo. Procurou munir-se de documentos e testemunhos oficiais quanto à “validade de suas reivindicações e que confirmassem” o seu conceito moral, bem como da veracidade das suas afirmativas, seguindo para o Rio de Janeiro “com o pedido de posse da chácara de Santa Teresa para a fundação do Asilo. E o conseguiu. Era o ano de 1864”<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Jornal DIÁRIO do Rio Grande, 18 de julho de 1863.

AZAMBUJA, Graciliano. Anuário do Rio Grande do Sul - 1909, p. 233.

<sup>15</sup> SCHNEIDER, op. cit. p. 242.

<sup>16</sup> Idem, p. 242.

Com a falta de apoio eclesiástico, devido ao desentendimento com as irmãs do Sagrado Coração de Maria, foi através de esmolas recolhidas junto à comunidade, que o Pe. Cacique obteve recursos para fazer os reparos necessários às instalações já existentes na chácara e, desse modo, conseguiu abrigar as vinte e nove órfãs que estavam sob os seus cuidados.

O tipo de administração e a maneira como foram sendo educadas as órfãs internas do Colégio de Santa Teresa, fez com que as autoridades governamentais, já em 1865 cogitassem a fusão do Asilo de Santa Leopoldina com o Colégio de Santa Teresa. E isso acontece em 1869, quando se destinou uma quantia para o pagamento de dotes das vinte e cinco meninas, que passaram para o Colégio de Santa Teresa, com base na Lei 648/1867, que autorizava a Presidência da Província a juntar os dois asilos.

Esses acontecimentos evidenciam que a formação, principalmente com o desenvolvimento de Porto Alegre, passa a se constituir um objeto de disputa entre os vários representantes dos diversos campos que fazem parte da Província de São Pedro. Percebe-se também que as tomadas de posição do Pe. Cacique provocam um redimensionamento junto aos setores e entidades que se propunham a formar meninas órfãs, cujo número aumentava a cada dia, ao insistirem para que tal formação imprimisse um processo voltado à profissionalização dessas desamparadas, possibilitando-lhe, assim, meios que lhes garantissem uma vida digna enquanto habilidosas mães de família. Desse modo, o que estava regulamentado em lei desde 1857, sai do papel e incorpora-se, pouco a pouco, às práticas pedagógicas conduzidas por vários segmentos sociais.

#### **4. A Escola Normal : uma forma de instaurar urbanidade**

Em várias oportunidades, o governo provincial manifesta a sua preocupação com a instrução a qual aparece várias vezes explicitada em documentos e iniciativas implementadas, principalmente após 1850.

O interesse em fundar uma Escola Normal como a solução para superear os problemas relacionados com a instrução pública, está claramente expresso no Projeto de Regulamento Interno para as escolas de instrução primária, desde 1840<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Conforme correspondência entre o presidente da Província e o Diretor da Instrução Primária, Porto Alegre, 19/08/1840. Documento manuscrito, pertencente ao acervo do Arquivo Histórico do RS.



Com a obrigatoriedade do ensino adotada na Corte em 1854 e incluída no Regulamento Provincial e 1857, a criação de uma Escola Normal torna-se uma necessidade ainda mais urgente. Manifestações nesse sentido foram feitas em 1859, na Assembléia Legislativa Provincial, onde consta que

“...A instrução popular peca pois pelos fundamentos, porque o mestre é a escola, e esta não está à altura de suas funções, e das necessidades do nosso século. Nas Ciências, como em todas as artes a necessidade de um estudo regular e metódico é condição indispensável para os que a professam...” “...Toda profissão pois, exige um noviciado, e uma séria aprendizagem; e só assim poderá ser útil, e conquistar foros de legitimidade. E quando assim não fora, o empirismo viria matar a ciência, e revogar as regras em que a arte se basea...” “...Todo o problema da instrução e educação popular estará resolvido, desde que atenderdes à necessidade da criação de uma escola normal...” “ A instrução pública... há de pagar-vos em grandes resultados, e bens incalculáveis, o que lhes houverdes de dar cuidados e desvelos...”<sup>18</sup>

Enfim, a Assembléia Legislativa Provincial, em 1860, autoriza a Presidência da Província, através da lei 446, a fundar em Porto Alegre uma Escola Normal, podendo contratar pessoal habilitado oriundo de qualquer parte do país. O fato é que os anos foram passando e a Presidência não conseguia dar execução a essa Lei, devido às dificuldades em localizar as pessoas com as habilidades necessárias ao cargo<sup>19</sup>.

Enquanto isso não era solucionado, vários relatórios apresentados ao Presidente da Província e à Assembléia Provincial, a cada ano após a Lei 446/1860, insistem na extrema necessidade da criação da Escola Normal, face aos sérios problemas que a sociedade enfrentaria, visto que a formação dos seus cidadãos não estava ocupando a posição que esse empreendimento merecia. Isso está bem evidenciado em relatório de 1864 : “... A primeira necessidade desse interessante ramo do serviço público é a fundação de uma escola normal, onde se formem aqueles a quem se vai confiar a importante tarefa de desenvolver a inteligência e formar o coração da mocidade.” Continua dizendo que “... Assim deve ser, porque como se sabe, em todos os países onde se cura com zelo da instrução pública e educação popular, na

<sup>18</sup> Relatório do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na 2a. sessão da 8a. Legislatura, 05/11/1859, p. 22.

<sup>19</sup> Sobre isso, consultar relatório apresentado à Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul, na 1a. sessão da 9a. Legislatura, pelo Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860, p. 21.

Inglaterra, na França, na Alemanha, a instituição das escolas normais é considerada como base do sistema de ensino”<sup>20</sup>.

Somente em 1869, a Escola Normal torna-se uma realidade, quando se “encontra a pessoa certa para o lugar certo”. O Pe. Cacique é convidado e aceita, mesmo com uma certa relutância, o convite do Presidente da Província para dirigir essa escola, bem como organizar o seu regulamento além de lecionar várias disciplinas.

Esse fato indica que era bastante considerável o grau de reconhecimento que o campo do poder atribuía ao desempenho desse padre, nas várias iniciativas que empreendera desde que veio para Porto Alegre, em 1862. Isso tende a fortalecer a sua posição e tomadas de posição junto ao campo religioso e no campo do poder, através de atuações como as que realizou junto à Escola Normal.

Nesse sentido, propõe a inclusão de uma nova disciplina no curso - a Pedagogia -, no que foi atendido sendo ele próprio o primeiro professor, além de implementar um novo conjunto de saberes a seus formandos, ainda fora do alcance dos professores que eram até então os responsáveis pela instrução pública.<sup>21</sup>

Tal escola, pela sua importância social ao favorecer a formação de novos cidadãos, era objeto de disputa entre os agentes do campo do poder, no qual ela estava inserida. Por isso, os seus postos-chaves, sempre que possível, eram ocupados pelos seus representantes. Isso aconteceu quando o Pe. Cacique deixa a direção da Escola e, algum tempo depois - em 1875 -, retorna à instituição enquanto professor.

O estilo de atuação do Pe. Cacique, caracterizado por autonomia em suas iniciativas e decisões, em grande parte devido ao capital cultural de que dispunha, constituiu-se uma forte resistência às posturas do diretor na época, Francisco de Paula Soares, que envolveram vários professores da Escola Normal. E, em função disso, o padre foi diretamente atingido por esses embates. O diretor chegou ao ponto de enviar ofício ao Inspetor Geral da Instrução Pública, pedindo a sua substituição onde acusava-o de apresentar “...*tendências anárquicas, e constantemente tinha atos de insubordinação e, segundo a sua opinião, isso se constituía em exemplos perniciosos a*

<sup>20</sup> Relatório apresentado pelo presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na sessão da 11a. Legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre, Correio do Sul, 1864, p.26 e 38.

<sup>21</sup> Vários comentários sobre isso In: Jornal O PEREGRINO, vol. I, Ano I, P.A./1917, p. 139 e 140.

*professores e alunos*". Criticava a atuação do Pe. Cacique como professor, dizendo que lecionava mal a disciplina de gramática.<sup>22</sup>

As autoridades governamentais envolvidas na situação, conseguiram contorná-la de tal modo que o Pe. Cacique continua na Escola por mais algum tempo. Contudo, o clima tenso entre o Pe. Cacique e a direção permanece estendendo-se, inclusive, às suas antigas asiladas do Colégio de Santa Teresa, que já eram professoras formadas e atuavam na Escola Prática (anexa à Escola Normal), as quais foram demitidas, por continuarem sob a proteção do referido padre.

Face a esse acontecimento, em 1877, O Pe. Cacique dirige-se à Presidência da Província e afasta-se definitivamente da Escola Normal, juntamente com as suas asiladas que estavam seguindo a formação para o magistério. A partir dessa data, ele não matriculou mais nenhuma interna do Colégio da Santa Teresa (onde já era diretor há mais de dez anos) na Escola Normal, "...encaminhando-as para outras profissões".<sup>23</sup>

Esses fatos demonstram que a Escola Normal constituiu-se um objeto de disputa muito importante entre os vários representantes do campo do poder, sendo mesmo denominada de "Estado dentro do próprio Estado". O fato é que **formar/instruir** a população, passa a ser um imperativo, já que o sistema capitalista, para se expandir, dependia, cada vez mais, de saberes de cunho científico<sup>24</sup>. Mas, como esse campo não dispunha do capital necessário para sustentar esse empreendimento, procurou associar-se sempre que possível com os que possuíam as condições para desencadear tais ações. Nesse sentido, um caso exemplar encontra-se na trajetória do Pe. Cacique, a qual se constrói nessa dinâmica entre os representantes dos vários campos que constituíam o espaço social do Rio Grande do Sul.

O conjunto de disposições gerais do Pe. Cacique comparado com o dos demais agentes sociais, autorizava-lhe a implementar iniciativas e tomar decisões, mesmo quando estava posicionado no próprio campo do poder, de acordo com os seus interesses - os do campo religioso, evidentemente. Outra evidência disso, está na sua postura independente face as disputas entre os conservadores e liberais, na década de oitenta, quando não se deixa cooptar

<sup>22</sup> Schneider, op. cit. p. 339.

<sup>23</sup> Idem, p. 342.

<sup>24</sup> Vários autores abordam essa questão. Destaca-se aqui as considerações de DANDURAND, Pierre & OLLIVIER, Émile. Centralité des savoirs et éducation : vers de nouvelles problematiques. In: Revue Sociologie et Sociétés, Vol. XXIII, n. 1, p. 3-23.

por nenhuma dessas facções<sup>25</sup>, caso não houvesse coincidência com os interesses do seu próprio campo.

Assim, o Pe. Cacique contribui significativamente para a ampliação dos “espaços de possibilidades”<sup>26</sup>, tanto do campo religioso, do qual era um representante destacado, como do próprio campo do poder. Em diversas oportunidades, a imprensa salienta a importância dos seus empreendimentos para a sociedade, fortalecendo-o ainda mais. E, desse modo, materializam-se alternativas novas e mais eficazes para se instaurar uma outra forma de viver para os habitantes que se situavam nas cidades da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, um dos principais alvos de preocupação dessa nova ordem, que se baseava em comportamentos associados à urbanidade.

### 5. O campo religioso e a formação de segmentos populares

O Pe. Cacique ao se demitir da Escola Normal, uma atitude bastante autônoma frente ao jogo de disputas do campo do poder, não estava se colocando contra os principais componentes da realidade social da época que, de algum modo, atingia todos os segmentos sociais. As iniciativas que ele passa a empreender continuam articuladas às questões e às necessidades do seu tempo e, por isso, sempre que entende oportuno busca o apoio de agentes de outros campos, em especial, do campo do poder.

O aumento de pessoas que estavam a mendigar pelas ruas de Porto Alegre, fez com que o Pe. Cacique se dispusesse a mais uma aventura, que se situava na mesma direção dos outros empreendimentos que já havia implantado nessa cidade. Em 1882, lança os alicerces de uma nova obra: o Asilo da Mendicidade. Nessa oportunidade, a imprensa publica uma circular assinada pelo Pe. Cacique, nos seguintes termos:

“...Tomo a liberdade de oferecer a V.Sa. a planta do Hospício de Mendicidade, projetado nesta Capital. Os sentimentos de humanidade, reconhecidos na pessoa de V.Sa. autorizam-me a pedir qualquer donativo que a caridade inspire em seu coração, a fim de

<sup>25</sup> Alguns detalhes desse embate em jornais da época, como O CONSERVADOR e A REFORMA, bem como na própria documentação oficial.

<sup>26</sup> Conforme Bourdieu, o “espaço de possibilidades” resulta da herança acumulada pelo trabalho coletivo, que se apresenta a cada agente sob forma de alternativas práticas, em todo ato de produção. BOURDIEU, P., op. cit. p.36. A prova da ampliação desses espaços foi oferecida pelo próprio Pe. Cacique, num documento em que procura responder a críticas relativas ao seu estilo ao conduzir os seus empreendimentos. Nessa ocasião, procura listar o conjunto de entidades recém criadas (quase uma dezena), que estavam se construindo no rastro de suas pegadas.

que possamos todos levar ao fim esta obra de beneficência que se acha em andamento. Quando chegar o dia em que o Hospício abrir suas portas para receber os desprotegidos da fortuna e abrigá-las nos aconchegos e tranquilidade do lar doméstico, que nunca encontraram eles mesmo procurando incessantemente, dia por dia, de porta em porta, caminhando rotos e estropeados, certamente que a satisfação que V.Sa. experimentará nesse dia e sempre, compensará com usura o óbulo que V.Sa. oferecer à causa da humanidade. Subscrevo-me com toda a estima e consideração. De V.Sa. Capelão atento e Padre Joaquim Cacique de Barros”<sup>27</sup>.

*Essa iniciativa contou com auxílios de contribuintes de vários locais da Província e, mesmo daqueles que se situavam além dessas fronteiras, como o governador de Buenos Aires que remeteu importante soma em dinheiro para a construção do Asilo da Mendicidade.*

Em meados de 1883, o edifício já atingia “...a altura do parapeito das panelas, quando o Pe. Cacique resolveu patentear ao público de Porto Alegre o emprego do dinheiro obtido com tanta generosidade, promoveu ali uma festa; fez celebrar, em ação de graças, uma grande missa campal e ofereceu um jantar aos pobres”. Testemunharam essa prestação de contas à comunidade “...mais de mil pessoas, acompanhadas de banda de música, em manifestação de prazer ao acontecimento que tinha por fim o conforto e o agasalho à mendicidade e à velhice”<sup>28</sup>.

O fato dessa obra envolver interesses dos inúmeros segmentos sociais explica o grande apoio que vinha recebendo dos seus representantes. Por essa razão, o Pe. Cacique não podia deixar de prestar contas ao Imperador, o proprietário oficial do terreno em que essa obra estava sendo construída. Então resolve enviar -lhe um telegrama, dando-lhe notícias sobre o andamento do Asilo e colocando o mesmo sob a Sua proteção.

A resposta do Imperador foi desoladora para o padre. Ele manda suspender os trabalhos do asilo da Mendicidade, alegando como justificativa a proximidade dos dois asilos, o que poderia comprometer a formação das meninas órfãs abrigadas no Colégio de Santa Teresa<sup>29</sup>. Esse impasse só foi superado em 1887, quando a princesa Isabel visita as obras durante a sua

<sup>27</sup> Documento encontrado no acervo que reúne dados sobre a história das obras criadas e dirigidas pelo Pe. Cacique, no Arquivo da Sociedade Humanitária Pe. Cacique, localizado no prédio do Asilo da Mendicidade, PA/RS.

<sup>28</sup> Jornal O PEREGRINO, op. cit. p. 9, 10 e 11.

<sup>29</sup> Idem, p. 10.

estadia em Porto Alegre e decide interceder junto ao Imperador, que revoga a sua decisão ordenando a continuidade do empreendimento.

Na época em que as obras pararam, o Pe. Cacique continua firme em seu objetivo. Com o intuito de manter o ânimo dos seus colaboradores, mandou fixar nas suas casas “uma placa de ferro com o letreiro “contribuição aos pobres”. E o atendimento aos mendigos matriculados foi feito no saguão do teatro São Pedro, quando distribuía esmolas em dinheiro, víveres ou em vestuário. Assim, as bases materiais<sup>30</sup> que sustentavam a edificação do Asilo da Mendicidade, bem como as demais iniciativas coordenadas pelo Pe. Cacique, mantiveram-se associadas aos interesses dessas obras, durante a interrupção da construção do referido Asilo, garantindo depois o seu término, por volta de 1891. Verifica-se, assim, que durante todo o tempo, mesmo de forma descontínua, os representantes de vários segmentos sociais asseguram parte das condições materiais necessárias ao funcionamento dessas obras de assistência.

Preocupado com a continuidade de tais obras após a sua morte, o Pe. Cacique resolve criar uma entidade de caráter civil, para inibir as possíveis ingerências de outros campos sociais que nelas interagiam, em função dos interesses que elas concentravam que eram comuns a todos. Em 1892, funda a Sociedade Humanitária Pe. Cacique, elabora o estatuto que foi reformulado em 1899. Nesse época, foi eleita a sua diretoria composta pelas pessoas mais identificadas com as finalidades da instituição, as quais ocupavam posições de destaque na sociedade gaúcha<sup>31</sup>.

Um dos pontos de honra desse estatuto consta no artigo 2o., onde deixa claro que as crianças órfãs deviam ser educadas de maneira que fossem “úteis a si e à Humanidade” e os mendigos deviam ser “sempre tratados com desvelo, obedecendo os princípios da religião católica o quanto possível, isto é, salva a tolerância para os adultos”. Isso indica a sua visão da religião, defendendo uma formação criteriosa nesse sentido capaz de instaurar uma consciência crítica junto aos formandos que, quando adultos, soubessem “julgar o mérito e o demérito”<sup>32</sup>.

<sup>30</sup> Essa categoria de análise refere-se à concepção de instituição, de acordo com CHAPOULIE, J.-M. & BRIAND, J.-P. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto (traduzido por DESAULNIERS, Julieta B.R.). In: Revista Educação & Sociedade. Campinas, Ed. Papirus, V. XV, n. 47, abril/1994.

<sup>31</sup> AZAMBUJA, op. cit. p. 122. Essa iniciativa do Pe. Cacique consegue apenas postergar esse tipo de embate entre os campos envolvidos nessas obras, o qual deflagra-se em 1940 quando o Estado, por ato oficial, ordena a intervenção das obras ligadas à Sociedade Humanitária Pe. Cacique.

## 6. Considerações finais

A trajetória do Pe. Cacique constitui-se uma evidência contundente do papel que as disposições gerais dos agentes desempenham na configuração de um campo social que, ao definir melhor as suas fronteiras, instauram também novas alternativas aos demais campos do espaço social com os quais ele interage. Foi na dinâmica de relações de disputa - conflitiva e/ou interativa, em que inúmeros representantes das esferas sociais estiveram envolvidos -, que as ações implementadas por esse padre, principalmente junto aos segmentos populares de Porto Alegre, contribuíram para a ampliação dos espaços até então ocupados pelo campo religioso, no extremo sul do Brasil : o estado do Rio Grande do Sul, após a proclamação da república, em 1891.

Desse modo, o campo religioso instaura um novo *habitus* junto ao campo do poder e à sociedade civil, que passaram a sustentar as novas práticas que envolviam o pobre, a pobreza, a marginalidade. Isso foi sendo materializado através de uma ação simbólica exercida pelos seus representantes, O Pe. Cacique e os seus seguidores, possibilitando a esse campo o desempenho de uma das suas principais funções sociais - justificar o *status quo* -, ao mesmo tempo que ampliava significativamente o seu poder e influência junto aos vários setores do espaço social de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul.

Assim, pode-se concluir que as obras implementadas pelo Pe. Cacique, expandiram também os “espaços de possibilidades” dos vários campos sociais com que interagem, além de garantir novas alternativas de produção da realidade social a serem desencadeadas pelo campo em que elas estavam inseridas : o campo religioso<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> Idem, p. 122.

<sup>33</sup> Os estudos e pesquisas sobre a formação em escolas de ofício católicas, localizadas no RS, no período de 1895/1995, comprovam essa afirmação. Mais detalhes In: DESAULNIERS, Julieta B.R. O trabalho : a escola do trabalhador? Tese de Doutorado defendida em maio/1993 junto ao PPGEd/UFRS, Porto Alegre/RS.